

Da convivência à elaboração teórica: propostas conceituais de língua(s), política(s) linguística(s) e política(s) de internacionalização na visão do grupo de pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES)

From coexistence to theoretical drafting: conceptual proposals on language(s), language policy(ies), and internationalization policy(ies) from the perspective of the research group on Language Policies and Internationalization of Higher Education (GPLIES)

Elaine Maria Santos¹
Universidade Federal de Sergipe

Lucas Araujo Chagas²
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Heloísa Brito de Albuquerque Costa³
Universidade de São Paulo

Waldenor Barros Moraes Filho⁴
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal reunir reflexões sobre língua(s), política(s) linguística(s) e política(s) de internacionalização que o Grupo de Pesquisa Sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES) tem proposto nos últimos anos. Composto por pesquisadores de várias instituições brasileiras e diversos membros da Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras, o GPLIES buscou conceituar esses elementos basilares do debate sobre Internacionalização da Educação, em uma visão abrangente, e conectá-los à percepção das políticas educacionais brasileiras, dando a possibilidade de repensá-la por um paradigma crítico e complexo. Ancoradas nos pressupostos da Linguística Aplicada, as reflexões construídas têm subsidiado estudos diversos sobre os processos e práticas implícitos nos movimentos de Internacionalização da Educação no contexto brasileiro, assim como sobre as dimensões idiomáticas, curriculares, políticas, interculturais, decoloniais e identitárias que são derivadas deles. É esperado que o artigo proposto possa subsidiar pesquisadores interessados na temática com elaborações teóricas que possibilitem novas formas de se ver e perceber a Internacionalização da Educação no trabalho e na atuação do profissional-docente de línguas, no contexto brasileiro.

¹ Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). <https://orcid.org/0000-0001-6376-2932> / E-mail: elainemaria@academicos.ufs.br

² Doutor em Estudos Linguísticos. Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). <https://orcid.org/0000-0002-2379-9156> / E-mail: lucas.chagas@uems.br

³ Doutora em Letras. Docente da Universidade de São Paulo (USP). <https://orcid.org/0000-0002-2379-9156> / E-mail: heloisaalbuqcosta@gmail.com

⁴ Doutor em Linguística. Docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). <https://orcid.org/0000-0003-1859-5893> / E-mail: waldenorbm@gmail.com

Palavras-chave: Língua(s). Política(s) Linguística(s). Política(s) de Internacionalização. GPLIES. Linguística Aplicada

Abstract

This article aims to gather reflections on language(s), language policy(ies), and internationalization policy(ies) that the Research Group on Language Policies and Internationalization of Higher Education (GPLIES) has proposed in recent years. Comprised of researchers from various Brazilian institutions and several members of the program Languages Without Borders (Andifes IsF), GPLIES has sought to conceptualize these foundational elements of the debate on Internationalization of Education from a comprehensive perspective and connect them to the perception of Brazilian educational policies, offering the possibility of rethinking them through a critical and complex paradigm. Anchored in the assumptions of Applied Linguistics, the constructed reflections have supported diverse studies on the processes and practices implicit in the movements of Internationalization of Education in the Brazilian context, as well as on the linguistic, curricular, political, intercultural, decolonial, and identity dimensions derived from them. It is expected that the proposed article can support researchers interested in the topic with theoretical elaborations that enable new ways of seeing and perceiving the Internationalization of Education in the working environment of language teachers in Brazil.

Keywords: Language(s). Language Policy(ies). Internationalization Policy(ies). GPLIES. Applied Linguistics

Introdução

As pesquisas sobre Internacionalização da Educação Superior se intensificaram no contexto brasileiro nas duas últimas décadas, o que possibilitou a difusão de conceitos teóricos, paradigmas de investigação e estudos de caso sobre as múltiplas questões que ela abarca. Aliado a isso, o crescimento das escolas internacionais, o aumento de estrangeiros e imigrantes que escolhem o Brasil para residirem e estudarem e a chegada da internacionalização na Educação Básica abriu possibilidades para compreendermos a internacionalização na educação como um todo. Instigado por essas questões, o Grupo de Pesquisa Sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES) tem congregado pesquisadores, tanto da Educação Básica, quanto Tecnológica e Superior, de diferentes instituições e regiões brasileiras que, a partir de debates e diálogos acadêmicos inter/multi/transdisciplinares a partir do campo da Linguística Aplicada, somam forças com o intuito de compreender os efeitos que a internacionalização tem surtido na educação brasileira, assim como delinear caminhos para que as instituições de educação do país possam se conectar a esse movimento cultural e político global fundamentadas nos princípios da democracia, equidade e decolonialidade.

O presente artigo tem como objetivo principal reunir reflexões sobre língua(s), Política(s) Linguística(s) e Política(s) de Internacionalização que o GPLIES tem proposto nos últimos anos, com o intuito de aprofundar reflexões sobre esses três eixos de trabalho que integram os movimentos de Internacionalização na Educação. Ancoradas nos

pressupostos da Linguística Aplicada, as reflexões construídas têm subsidiado estudos diversos sobre os processos e práticas implícitos nos movimentos de Internacionalização da Educação no contexto brasileiro, assim como sobre as dimensões idiomáticas, curriculares, políticas, interculturais, decoloniais e identitárias que são derivadas deles (Moita-Lopes, 2006). Diante do exposto, o presente artigo contribuirá com as discussões referentes à língua(s), linguagens e internacionalização e poderá subsidiar pesquisadores interessados na temática, com elaborações teóricas que possibilitem novas formas de se ver e perceber a Internacionalização da Educação no trabalho e atuação do profissional-docente de Línguas no contexto brasileiro.

Iniciamos o texto tecendo um breve histórico sobre o surgimento e consolidação do GPLIES; na sequência, apresentamos uma proposta conceitual de Política(s) de Internacionalização, que vem sendo adotada pelos membros do grupo; uma proposta de percepção das Língua(s) para os estudos sobre Internacionalização da/na Educação; e propostas conceituais para a compreensão da(s) Política(s) Linguística(s) em contextos de Internacionalização da/na Educação. Ao fim, apresentamos alguns exemplos de estudos desenvolvidos pelo grupo que abordam os conceitos definidos nesse artigo e propomos algumas considerações finais.

Um breve histórico sobre o surgimento e consolidação do Grupo de Pesquisa Sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES)

Antes de adentrarmos em reflexões teóricas específicas, é importante situarmos a convergência de movimento(s) nacional(is) que impulsionou(aram) os olhares brasileiros sobre/para a Internacionalização na Educação enquanto temática de estudo e tecer um breve histórico sobre o surgimento e consolidação do GPLIES. Para situarmos a Internacionalização como campo de pesquisa no Brasil, é crucial destacarmos o papel da Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras, que foi criada, em 2012, junto ao Ministério de Educação (MEC), como Programa Inglês sem Fronteiras (IsF), com o objetivo de capacitar linguisticamente os estudantes universitários inscritos nas ações de mobilidade acadêmica promovidas pelo Programa Ciência sem Fronteiras (Brasil, 2012), outro grande percussor das ações de Internacionalização da Educação Superior no Brasil.

Com a criação do Programa IsF, professores da área de Letras com especialidade em Linguística Aplicada de IES públicas brasileiras se reuniram em prol da construção e condução de um programa voltado para a aplicação de provas de proficiência e oferta de cursos online e presenciais, de modo que a comunidade acadêmica pudesse se capacitar linguisticamente para as ações de mobilidade internacional. A partir desse momento, as discussões sobre internacionalização começaram a se intensificar entre os Linguistas Aplicados, uma vez que era necessário um maior conhecimento sobre as questões voltadas à internacionalização e o ensino de Inglês para fins acadêmicos para que o programa pudesse ser melhor estruturado. Sarmento, Abreu-e-Lima e Moraes Filho (2016) aprofundaram esse panorama histórico, destacando o papel do programa IsF para que o Brasil iniciasse um processo de formulação de uma política nacional de internacionalização universitária.

Por intermédio das portarias N. 973, de 14 de novembro de 2014 e N. 30, de 26 de janeiro de 2016, o programa IsF permaneceu com a mesma sigla, mas passou a ser chamado de Idiomas sem Fronteiras, com o acréscimo dos idiomas francês, espanhol, alemão, japonês, italiano e português para estrangeiros, focando no plurilinguismo como elemento constituinte das práticas de Internacionalização da Educação Superior (Brasil, 2014; 2016). Nesse contexto, tornava-se essencial um maior aprofundamento teórico sobre as questões relacionadas a Políticas Linguísticas, para que fosse implementado um movimento organizado e institucionalizado em prol do fortalecimento das línguas estrangeiras no processo de internacionalização do/no ensino superior.

Em 2017, com o edital de (re)credenciamento do programa, tornou-se imperativo que as IES interessadas em permanecerem no IsF elaborassem uma Política Linguística institucional, que pudesse contemplar as necessidades internas de cada IES e, ao mesmo tempo, sistematizarem e institucionalizarem ações voltadas ao processo de internacionalização, com base em atividades centradas no plurilinguismo (Brasil, 2017). O fortalecimento do IsF e o seu papel nas discussões sobre a internacionalização do/no ensino superior tornaram-se ainda mais relevantes no cenário nacional, o que pode ser comprovado ao percebermos que, em 2017, mesmo com o Ciência sem Fronteiras começando a perder espaço nacional, o IsF continuou em ascensão nas comunidades acadêmicas nas quais o programa esteve inserido.

Em 2019, o Programa IsF foi desvinculado do MEC e passou a se chamar Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras, e passou a ter a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) como a entidade responsável legalmente pela Rede. Os mesmos objetivos do Programa IsF foram mantidos na Rede Andifes IsF, os quais se pautavam na busca pelo desenvolvimento linguístico e cultural das comunidades acadêmicas das IES credenciadas, fortalecimento do processo de internacionalização das/nas universidades e formação de professores.

O papel do IsF e dos professores da área de Letras com especialidade em Linguística Aplicada na produção de conhecimento sobre a Internacionalização do/no Ensino Superior é evidenciado quando pesquisamos por periódicos no repositório da CAPES. De 1969 a 2012, tivemos 13 artigos publicados por pesquisadores brasileiros que citavam a Internacionalização da Educação Superior, enquanto que de 2013 a 2024 esse número saltou para 290. Ao pesquisarmos sobre o termo Política Linguística, esse acréscimo observado a partir de 2013 é ainda mais evidente, uma vez que, de 1970 a 2012 tivemos 1574 artigos publicados, ao passo que, de 2013 a 2024 foram registrados 8907 artigos. Ao entendermos que a Internacionalização da Educação Superior possui uma relação direta com a proposição de Políticas Linguísticas, podemos considerar que a área de Letras/Linguística Aplicada é hoje um dos campos que mais alavanca as pesquisas sobre a temática no Brasil.

O impacto do IsF na internacionalização e nas discussões sobre Políticas Linguísticas pode também ser mapeado ao analisarmos os números de IES que publicaram suas Políticas Linguísticas a partir de 2018. Segundo os dados coletados no repositório institucional do IsF, cinquenta políticas linguísticas foram elaboradas e publicadas em 2018 e 2019 e, em cada instituição, especialistas do Programa IsF estavam entre os atores responsáveis pelas discussões e elaboração dos documentos finais, corroborando com a ideia do programa ser um instrumento de divulgação e de incentivo a pesquisas e práticas

voltadas para a internacionalização do/no ensino superior e para a construção e/ou acompanhamento de Políticas Linguísticas institucionais.

Nesse cenário, destacamos os textos produzidos por especialistas membros da Rede Andifes IsF e publicados em coletâneas organizadas por Abreu-e-Lima et al (2021a, 2021b, 2021c), por reunirem um arcabouço teórico relacionado ao IsF e ao plurilinguismo; as ações de gestão do programa; e os projetos de formação docente desenvolvidos pelos especialistas. Esses artigos demarcam os desdobramentos do programa na produção de pesquisas e atitudes políticas que mostram a importância do programa para a busca pela consolidação da internacionalização no escopo das políticas educacionais brasileiras de Educação Superior e das universidades públicas do país. A necessidade de consolidar esses estudos no campo dos Estudos Linguísticos e empondera os pesquisadores da área no debate sobre internacionalização fez com que, em 2020, alguns especialistas do IsF, que participaram da organização desta coletânea, formalizassem um grupo de estudos para demarcarem a presença e pertencimento dos pesquisadores da área de Letras e Linguística Aplicada nesse que campo de pesquisas. Com a coordenação e vice-coordenação do Prof. Dr. Waldenor Barros Moraes Filho (UFU) e da Profa. Dra. Denise de Abreu-e-Lima (UFSCar), respectivamente, o GPLIES foi registrado no Diretório de Pesquisas do Brasil e, naquele mesmo ano, iniciou seus trabalhos com 24 doutores, 6 doutorandos, 4 mestrados e 2 graduandos de várias universidades públicas e institutos federais do país.

Daquele ano em diante, os pesquisadores do GPLIES iniciaram encontros mensais online para o desenvolvimento de diálogos e reflexões teóricas, assim como proposição e definição de conceitos que pudessem facilitar o exercício de compreensão da Internacionalização da Educação, em uma dimensão Brasileira. O grupo teve participação ativa nas discussões do I e II Encontro Brasileiro sobre Internacionalização e Inovação em Estudos Linguísticos Literários e Formação de Professores de Línguas, realizados na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em 2021 e 2023; do VIII Congresso Latino-americano de Formação de Professores de Línguas, organizado pela Universidade Federal de Uberlândia, em 2022; e vários outros eventos ligados à rede Andifes IsF deixando nos anais desses eventos reflexões sobre o que têm sido discutido e proposto pelo GPLIES.

Ainda em decorrência das discussões do grupo, uma coletânea de artigos, organizados por Chagas e Coelho (2023), foi publicada na forma de livro, que versam mais amplamente sobre as propostas conceituais sobre Língua(s), Políticas(s) Linguística(s) e Política(s) de Internacionalização abordadas neste artigo. Atualmente, em 2024, o grupo segue ativo, sob a coordenação do Prof. Dr. Waldenor Barros Moraes Filho (UFU) e vice-coordenação do Prof. Dr. Lucas Araujo Chagas (UEMS), dedicando às três linhas de pesquisa iniciadas em 2021: 1) Ensino e Aprendizagem de Línguas para a Internacionalização; 2) Políticas e Práticas Linguísticas para a Internacionalização; e 3) Políticas e Práticas de Internacionalização. Como emblema atual de pesquisa, no ano de 2024, o grupo tem trabalhado com o tema “abordagens curriculares da internacionalização nas práticas e políticas de educação básica e superior”, e seus pesquisadores, de diferentes esferas acadêmicas, têm produzido pesquisas de iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado e pesquisas livres ligadas a uma das linhas de pesquisa do grupo.

Uma proposta conceitual de Política(s) de Internacionalização

Quando o GPLIES teve início, havia um consenso entre os pesquisadores presentes sobre a necessidade de conceituar determinados termos para que se tivesse um alinhamento teórico a ser seguido ao longo das pesquisas. Essa iniciativa foi necessária, por termos, no grupo, professores de Letras e Linguistas Aplicados com formações distintas e objetos iniciais de estudo múltiplos, o que impactava nas percepções sobre os textos que eram debatidos. Essa necessidade de aprofundamento teórico é ainda mais necessária no contexto atual, em que as universidades vêm discutindo as suas políticas de internacionalização, o que faz com que seja imperiosa a busca por definições conceituais alinhadas com as necessidades institucionais.

Ancorados em autores como Knight (2004), De Wit (2013), Batista (2009), Beelen e Jones (2015), Hudzik (2011), Chagas (2021) e em face da heterogeneidade constitutiva das universidades brasileiras, o grupo entendeu que a ausência de uma proposição conceitual como referência global deve servir como um subsídio para que cada universidade e escola defina a sua própria política de internacionalização. Isso faz, portanto, com que a percepção do termo seja plural e, com isso, passamos a nos referir ao termo como política(s), com a demarcação do (s), ao final. Apesar da defesa da pluralidade, foi proposta uma definição basilar para ser utilizada como referência balizadora para que as instituições possam orientar suas concepções.

Na visão do GPLIES, independente da afeição das política(s) de internacionalização que as instituições construirão, elas devem se pautar sempre na ideia de que a *Política de Internacionalização* no âmbito da Educação é um conjunto complexo de propostas estratégicas, contextualmente deliberadas e teoricamente embasadas que, de forma sistemática, objetiva fortalecer *ethos* de uma determinada comunidade. Ou seja, a política proposta deve ser abrangente e permitir que a instituição fortaleça a sua identidade para que possa se posicionar localmente, nacionalmente, internacionalmente e glocalmente. Na mesma medida, ao ver a particularidade da educação brasileira em relação a outros países, em que os estudos sobre internacionalização são produzidos, o grupo identificou que era importante definir o conceito à afeição de nossa realidade, propondo que a Internacionalização na Educação seja entendida como sendo

um movimento articulado pelas comunidades acadêmicas e não-acadêmicas que busca promover o compartilhamento de ideias, de culturas, de práticas inovadoras e de responsabilidades sociais, que se manifestam de forma transversal nos diferentes setores de ensino, pesquisa, extensão e gestão das instituições de ensino. Este movimento envolve a solidariedade e a colaboração entre os parceiros nacionais e internacionais de forma a permitir um posicionamento decolonial e crítico, reposicionando as demandas locais diante da necessidade de inserção em um contexto internacional (Gomes; Santos, 2023, p. 17).

De um modo geral, podemos dizer que a conceituação desses dois elementos tem possibilitado que o grupo estire reflexões e direcione suas pesquisas, servindo de subsídio e orientação para a construção de políticas de internacionalização nas universidades, institutos federais e escolas em que atuam. O conceito proposto possibilita, também, a

orientação de formas de percepção dos movimentos culturais e políticos da Internacionalização como um todo, em suas práticas pedagógicas. Contribuí, ainda, para que cada instituição possa propor suas políticas a partir da hibridez de suas realidades.

Uma proposta de percepção das Língua(s) para os estudos de Internacionalização da/na Educação

Na visão do GPLIES, as práticas de internacionalização da/na educação devem ser idealmente permeadas por um ambiente plurilíngue em que todas as línguas, independente da sua origem e afeição possam dialogar umas com as outras e viabilizar o exercício da equidade, cooperação, colaboração, interculturalidade e intercompreensão. Nos contextos formais de educação, entretanto, temos o desafio de deixar essa compreensão clara para nossos colegas que não são especialistas em ensinar e aprender línguas, mas que falam outros idiomas e até mesmo querem encontrar mecanismos para usarem essa habilidade na definição dos movimentos de internacionalização de suas universidades, ofertando componentes curriculares em línguas distintas do Português.

Este processo exige o delineamento de algumas conceituações mínimas, que passam a servir como referencial, para que crenças coloniais e mercadológicas sobre as línguas não imperem nas instituições educacionais (Bordieu, 1996). Essa conceituação não propõe uma caracterização ou definição epistemológica especificada, até mesmo porque o principal destinatário dela são pessoas que não são da área de Letras e que talvez podem se confundir mais do que assimilar o que é proposto. Além do mais, essas definições podem ser úteis para a elaboração de Políticas Linguísticas, já que, na maioria das vezes, esses documentos precisam normalizar ou normatizar procedimentos e categorizações para as diferentes línguas ofertadas pela instituição e que perpassam as suas práticas educativas.

Sabemos que propor um conceito generalista para a categorização das línguas é algo muito difícil, pois temos muitas teorias e proposições sobre essas categorias e as diferentes correntes linguísticas por vezes não dialogam entre si (Spinassé, 2008). Ao buscarmos a identificação das modalidades de Língua(s) que são mencionadas nos diferentes estudos sobre Políticas Linguísticas e ensino-aprendizagem de línguas em contexto de internacionalização, algumas são bastante recorrentes, como, por exemplo: 1) Língua; 2) Língua Materna; 3) Língua Estrangeira; 4) Língua Franca; 5) Língua de Instrução; 6) Língua de Contato; e 7) Língua de Acolhimento (Chagas, 2016; Albuquerque-Costa; Parpette, 2016; Vasconcelos, 2017; Chagas, 2019; Höfling, 2023; Silva; Souza, 2023; Traldi; Medeiros; Martins, 2023).

Uma vez conceituadas, essas línguas podem ser utilizadas para diferentes finalidades de ensino, estudo ou aprendizagem, como para objetivos universitários, propósitos específicos em contextos diversos, finalidades de letramento acadêmico ou escolar, imersão e inserção sociocultural e linguística, dentre outros. Entretanto, para que seja possível delinear a finalidade das ações acima é importante ter uma percepção inicial do que entendemos sobre o que é língua para que o objetivo empregado seja efetivo. Diante desse complexo cenário, temos buscado perceber as línguas(s) nos contextos de internacionalização da seguinte forma:

- 1) **Língua** é uma estrutura verbal e simbólica que introduz o ser no universo da linguagem e o dá a possibilidade de pertencer ao mundo dos humanos e nele cindir e criar uma história e demarcar uma designação enquanto sujeito e cidadão a qual o permite, ao falar, a ilusão do domínio e controle de seus dizeres, conforto, proteção, pertencimento, origem e identidade. Nesse sentido, a língua não se descola de uma cultura, sociedade ou dos elementos subjetivos que fazem parte da percepção humana do falante.
- 2) **Língua Materna** é primeira estrutura verbal e simbólica que introduz o ser no universo da linguagem e o dá a possibilidade de pertencer ao mundo dos humanos e nele cindir e criar uma história e demarcar uma designação enquanto sujeito e cidadão, a qual o permite, ao falar, a ilusão do domínio e controle de seus dizeres, conforto, proteção, pertencimento, origem e identidade. Nesse sentido, a Língua Materna é aquela com a qual o sujeito se sente mais à vontade; a língua adquirida e aprendida por primeiro; a língua com a qual se estabelece maior relação afetiva; a língua do dia a dia; a língua predominante na sociedade; a língua da comunidade em que ele vive; a de menor status para o indivíduo e a que ele melhor domina as expressividades do falar, escrever e interagir; a língua que é assumida como a célula de memória social e discursiva de uma determinada comunidade e que, portanto, deve ser transmitida às novas gerações como mecanismo preservação à vida comunitária e cultura de um povo.
- 3) **Língua Estrangeira** é uma Língua não-Materna que os indivíduos aprendem e adquirem para interagirem intencionalmente ou pela necessidade de comunicação e convivência com pessoas originárias de outras células de memória social e discursiva situadas no próprio país de nascimento, em um outro país ou em regiões transfronteiriças, em que várias línguas oficiais coexistem dentro de um mesmo território. Por essa perspectiva, a Língua Estrangeira permite aos indivíduos interpretar o mundo e o quadro político, social, científico e econômico de forma mais ampla, dando-lhes maior propriedade para compreensão da realidade e maior assertividade para que possam comportar-se, expressar-se e adaptar-se à complexidade das aldeias globais; é uma língua de exílio; e uma alternativa de existência; é um veículo do desenvolvimento de práticas interculturais.
- 4) **Língua de Acolhimento** é o conjunto de modalizações de estruturas verbais e simbólicas de uma determinada Língua Materna ou Estrangeira que são aparelhadas, com a finalidade de desencadear processos subjetivos e identificatórios em pessoas que emergem ou são transplantadas para uma memória social e discursiva distinta da que possuem as suas Línguas Maternas, possibilitando-as a se integrar e serem integradas na comunidade linguística para as quais foram transplantadas ou estão em trânsito. Por essa visão, a Língua de Acolhimento é aquela que é ensinada à imigrantes, refugiados, povos minoritários e outras pessoas transplantadas e em trânsito, por uma sociedade diferente da que se conceberam sujeitos; aquela que, ao aparelhar um conjunto de modalizações de estruturas verbais e simbólicas, promove processos interculturais e de intercompreensão que desencadeiam um espaço discursivo seguro e acolhedor capaz de gerar intercâmbios, interculturalidade, reciprocidade, igualdade e integração social entre pessoas natas e não natas de uma determinada célula de memória social e discursiva; a língua que estabelece pontes para a célula de memória social e discursiva

de uma determinada comunidade e que, portanto, deve ser ensinada-aprendida como mecanismo de integração à vida comunitária.

- 5) **Língua Franca** é uma estrutura verbal e simbólica utilizada em contextos multiculturais e de interação global, como veículo de intercompreensão, interculturalidade e comunicação entre os diferentes povos e de acesso a saberes e conhecimentos compartilhados entre eles. Concebida dessa maneira, a Língua Franca permite aos seus falantes a ampliação de suas possibilidades de exercício da cidadania e interação internacional, assim como estabelecer práticas dialógicas com comunidades multiculturais engajadas em um saber ou conhecimento específico compartilhado por um grupo. É importante destacar que a língua eleita como franca não deve ser percebida como a língua de um único povo ou cultura dominante, mas sim como estrutura verbal e simbólica híbrida, heterogênea e marcada por heteroglossias.
- 6) **Língua de Contato** é uma estrutura verbal e simbólica não-materna utilizada para acessar culturas, povos, informações, conhecimentos ou saberes específicos de interesse de um indivíduo. O objetivo principal da Língua de Contato é criar um ambiente translíngue em que pessoas, independentemente do código ou materialidades linguísticas utilizadas, possam estabelecer interação, dialogismos, comunicação, codificação e decodificação de sentidos. Nessa perspectiva de percepção da língua, o falante ou usuário pode possuir apenas algumas habilidades da língua não materna, o que dá a ele a possibilidade de usufruir de estratégias dinâmicas de leitura ou comunicação e interação verbal.
- 7) **Língua de Instrução** é uma estrutura verbal e simbólica utilizada em contextos educacionais multilíngues como meio oficial de regular a comunicação e interação entre corpo docente e discente, durante os processos de ensino-aprendizagem e convivência acadêmica, nos ambientes de sala de aula, orientação e instrução profissional. Concebida dessa maneira, a Língua de Instrução é geralmente uma Língua Materna ou Estrangeira, que é apropriada na forma de código de interação e tem como função canalizar, normalizar, normatizar e regular os processos de construção do conhecimento e mobilização dos mais variados objetos de saber em um contexto plurilíngue de educação formal. Nesse sentido, os falares da Língua de Instrução no espaço acadêmico podem ser híbridos e permeados por variantes e idioletos, pois o enfoque de seu uso não é o estudo e reprodução do código linguístico em sua afeição idiomática, mas a intercompreensão, intercomunicação, empatia, reciprocidade e interculturalidade.

As proposições aqui sugeridas podem ser reelaboradas à medida em que ampliamos os estudos sobre a(s) Língua(s) nas práticas de internacionalização da/na educação. Podem também ser realinhadas ao contexto de cada instituição de educação. Temos um país amplo, marcado por várias regiões de bilinguismo, plurilinguismo ou transfronteira, em que os cruzamentos linguísticos acabam por compor outras línguas, como o Portunhol, por exemplo. Enfim, cabe a cada instituição agenciar as percepções propostas e alocá-las a seus contextos sociais e linguísticos, assim como orientar a comunidade acadêmica quanto as peculiaridades que cada uma possui.

Propostas conceituais para a compreensão da(s) Política(s) Linguística(s) em contextos de internacionalização da/na educação

As discussões que envolvem o planejamento e promulgação de Políticas Públicas nas IES brasileiras perpassam por um problema inicial que se refere à dificuldade de uma compreensão epistêmica do termo “Política Linguística”, o que abre brechas para analisarmos a Política Linguística de várias formas, como política de estado, política da língua, política educacional, glotopolítica, dentre outros (Lagares, 2018; Santos; Gomes, 2023; Santos; Gregolin, 2023). É por essa razão que também demarcamos o termo de forma plural com (s).

De um modo geral, o GPLIES, tem partido do pressuposto inicial de que políticas de estado, também chamadas de políticas públicas ou políticas de governo, estão relacionadas, de acordo com Lynn (1980), a todas as ações deliberadas pela esfera governamental, sejam elas municipais, estaduais ou federais, com o claro objetivo de promoção de efeitos a serem repercutidos em toda a sociedade. Nesse sentido, Libaneo (2016) destaca que, desde a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por exemplo, o Governo Federal brasileiro tomou para si a responsabilidade de criação e controle das políticas educacionais brasileiras, que passaram a ser públicas e divulgadas por intermédio de diretrizes, programas, projetos de lei, entre outras peças legislativas. As políticas da língua, ou Políticas Linguísticas, estão relacionadas à sistematização de ações a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino, nas suas diversas modalidades, de modo que as diretrizes voltadas para os papéis e ensino das línguas, maternas e/ou adicionais, sejam detalhadas.

Acreditamos, portanto, que seja importante discutir as distinções entre os termos Política Linguística e glotopolítica, utilizados por muitos como sinônimos. O estudo das Políticas Linguísticas está inserido entre as preocupações da glotopolítica que, além de um acompanhamento das ações linguísticas planejadas e desenvolvidas, debruça-se sobre as questões políticas e sociais que estão ligadas aos documentos publicados. Guespin e Marcellesi (2021, p. 24) destacam que a

glotopolítica engloba a política linguística: todos os casos de promoção, proibição, instrumentação, mudança de status de uma língua são eminentemente fatos glotopolíticos; a política linguística, portanto, é um caso particular da glotopolítica, a ser estudado de dois ângulos: tanto em sua relação de igualdade de princípio com as outras formas de glotopolítica quanto em sua especificidade de único nível que apaixona as massas, de único âmbito em que a intervenção política é facilmente detectável e em que a relação com a identidade étnica é diretamente percebida etc.

A partir das discussões sobre as distinções entre as diversas nomenclaturas que envolvem as Políticas Linguísticas, é necessário um maior aprofundamento sobre a sua definição, bem como a compreensão de termos relacionados a esse documento. Levando-se em consideração o papel da Rede IsF e do GPLIES para as discussões sobre Políticas Linguísticas no território brasileiro, utilizaremos, inicialmente, as definições elaboradas pelo grupo de pesquisa em questão.

As discussões sobre Política(s) Linguística(s) no GPLIES ocuparam papel central nas reuniões conduzidas no grupo, principalmente nos dois primeiros anos de existência, quando foi necessário o estabelecimento de um espaço crítico-reflexivo, no qual os membros puderam discutir as suas concepções teórico-práticas sobre o tema. Algumas questões iniciais, no entanto, precisaram ser melhor compreendidas e debatidas, de modo que alguns conceitos considerados como basilares tiveram que ser inicialmente definidos. Começamos, então, com as discussões sobre o termo Internacionalização da/na Educação, o qual apresentamos anteriormente para que depois possamos abordar com profundidade as Política(s) Linguística(s).

Ao analisarmos a definição proposta pelo grupo, é necessário que um destaque seja dado a alguns elementos, uma vez que tais nomenclaturas foram inseridas de forma a marcar as concepções teóricas que guiaram e guiam as pesquisas desenvolvidas. Assim sendo, o projeto de Internacionalização da Educação Superior descrito pelo GPLIES perpassa pela necessidade de que toda a informação discutida seja compartilhada e esteja centrada em um movimento de colaboração e solidariedade, pensando-se nas línguas e nas práticas e ações desenvolvidas na IES não como *comodities* e sim como oportunidades de crescimento individual e coletivo, em contextos decoloniais.

A defesa pelo estabelecimento de um "movimento articulado" está em consonância com as discussões estabelecidas por Hudzik (2011), ao propor um modelo de internacionalização que chamou de "*Comprehensive Internationalization*" traduzida pelos autores brasileiros como Internacionalização Abrangente ou Internacionalização Integral. Assim, para o autor, todos os atores de uma universidade precisam compreender o termo internacionalização e estar envolvidos com as estratégias e ações desenvolvidas pela IES, caso contrário, sem o envolvimento de toda a equipe, teremos atividades fragmentadas e sem objetivos coerentes com o planejamento estratégico da instituição. Como trabalhar em prol do acolhimento de alunos estrangeiros, por exemplo, se os setores não estão preparados para recepcionar esses discentes e, nem ao menos, empregam uma atitude voltada para a interculturalidade?

Após as discussões sobre como o GPLIES analisa as questões relacionadas à internacionalização, foi necessário pensar em uma definição sobre Política Linguística que se aproximasse das atividades e pesquisas já desenvolvidas pelos membros do grupo, bem como da realidade das IES brasileiras. Como resultado, a seguinte definição foi elaborada, de forma colaborativa:

Política Linguística no âmbito da internacionalização é um conjunto complexo de propostas estratégicas, contextualmente deliberadas e teoricamente embasadas que, de forma sistemática, objetiva fortalecer o plurilinguismo e desenvolver e/ou incentivar ações que envolvam a diversidade linguístico-cultural, étnico-social e identitária, de uma determinada comunidade (Gomes; Santos, 2023, p. 23).

Alguns termos foram utilizados de modo a marcar posicionamentos teóricos considerados primordiais para que uma Política Linguística seja condizente com o contexto e necessidades de comunidades educacionais inseridas em ambientes de internacionalização da/na educação. O plurilinguismo, por exemplo, deve ocupar o papel central das discussões

estabelecidas, pois não se pode pensar em uma Política Linguística que não abra espaço para que as línguas estrangeiras, de instrução, dentre outras estejam no centro de todas as discussões construídas. No entanto, não se pode permitir que o monolinguismo ou um bilinguismo descontextualizados sejam citados na lei, sem que práticas estratégicas e sistemáticas possam ser colocadas em ação. Para finalizar, as questões decoloniais e as diversidades linguístico-cultural, étnico-social e identitária precisam guiar as atividades propostas, levando-se em consideração que, segundo Knight (2004), as dimensões internacional, intercultural e global devem ser as propulsoras de todo o desenho das ações a serem colocadas em prática.

Conforme destacado anteriormente, o Idiomas sem Fronteiras contribuiu com o movimento em prol da elaboração de Políticas Linguísticas pelas universidades brasileiras, que foi intensificado em 2018. No entanto, a existência de uma Política Linguística não significa que essas IES terão ações enérgicas em prol da internacionalização, uma vez que a idealização de práticas a serem colocadas em ação, por si só, não é sinônimo de execução. Nesse contexto, o GPLIES trouxe uma série de discussões sobre a diferenciação entre Política e Planejamento Linguístico, o que ajudou a Rede Andifes IsF a iniciar um trabalho de promoção de palestras e workshops, em suas reuniões anuais, na tentativa de auxiliar seus especialistas na construção desses novos documentos, que são necessários à ativação e execução da(s) Política(s) Linguística(s) homologadas. Para o GPLIES,

Planejamento linguístico é o conjunto de ações construídas e organizadas democraticamente, baseadas em uma política linguística, que envolve um plano de trabalho com objetivos e metas em diferentes eixos de abrangência, público-alvo, metodologia, articulação das ações e seus responsáveis, formas de acompanhamento da execução, cronograma, orçamento, indicadores e avaliação. O planejamento deve promover a inclusão, a participação coletiva e colaborativa dos envolvidos nas ações e decisões, levando-se sempre em consideração as necessidades locais (Santos; Gregolin, 2023, p. 37).

Para a diferenciação entre Política e Planejamento Linguístico, destacamos que, neste último, são reunidas as condições essenciais para que as ações em prol do desenvolvimento linguístico, do plurilinguismo e da internacionalização possam ser desenvolvidas. Não adianta citar os tipos de ações que a IES pode disponibilizar, para que elas sejam efetivadas. É preciso que os parâmetros de execução sejam claros, mensuráveis e passíveis de acompanhamento e avaliação. Como exemplificação, é possível pontuar que não basta a referência na Política Linguística de que o desenvolvimento linguístico será feito por meio de projetos de extensão e da Rede IsF, ou outros programas de idiomas no contexto das universidades. O Planejamento Linguístico traça as metas a serem alcançadas, destacando a periodicidade dos cursos, os públicos-alvo, quantidades de turmas, as habilidades necessárias e metas quantitativas e qualitativas, por exemplo.

De acordo com a definição do GPLIES, para que esse Planejamento Linguístico possa ter resultados práticos, é muito importante que toda a comunidade acadêmica esteja envolvida, principalmente na fase de coleta e análise das necessidades dos alunos. Da mesma forma, não se pode pensar em uma transposição de um planejamento elaborado para outra IES, já que o contexto local deve ser o norteador das atividades programadas,

caso contrário corre-se o risco de que a comunidade acadêmica não se interesse pelas ações desenvolvidas ou, até mesmo, não acompanhe as atividades propostas.

Conceitos em ação: alguns exemplos de estudos desenvolvidos pelo grupo

Os pesquisadores do GPLIES possuem catalogados uma série de estudos enfocando os conceitos e percepções que construíram ou orientaram sobre Língua(s), Política(s) Linguística(s) e Planejamento(s) Linguístico(s) e Política(s) de Internacionalização, nesses últimos anos. Os trabalhos são de diferentes modalidades, como Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado e Produção Livre. Em decorrência da necessidade de delimitação de escopo, indicamos, nesta seção, algumas referências sobre cada um dos conceitos e percepções aqui descritos, oriundas de pesquisas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Todas as produções listadas podem ser encontradas on-line.

Tabela 1: Pesquisas de Iniciação Científica

INSTITUIÇÃO	AUTOR/A	ORIENTADOR/A	FOMENTO	TÍTULO
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Thiago Mariano Guimarães	Lucas Araujo Chagas	CNPq	Um estudo exploratório sobre o inglês como língua de instrução no contexto de uma universidade pública do interior de Mato Grosso do Sul
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Andraus Rodrigues Vitalino	Lucas Araujo Chagas	CNPq	Um estudo exploratório sobre o acesso de estudantes de graduação à mobilidade acadêmica em uma universidade estadual do centro-oeste brasileiro
Universidade Federal do Sergipe	Lucas Natan Alves dos Santos	Elaine Maria Santos e Rodrigo Belfort Gomes	CNPq	Pesquisas nas políticas linguísticas em busca de ações de internacionalização e a relação com IsF

Universidade Federal de Uberlândia	Nayara Rocha de Oliveira	Valeska Virgínia Soares Souza	UFU	Experiências de Professores no Projeto Adolescentes Políglotas: uma análise da proposta de ensino e aprendizagem
Universidade Federal de Uberlândia	Mariana Cristina Santos	Valeska Virgínia Soares Souza	UFU	Explorando o processo de internacionalização da UFU: um estudo sobre parcerias de mobilidade estudantil internacionais com instituições asiáticas
Universidade Federal de Sergipe	Karen Ferreira Diniz	Elaine Maria Santos e Rodrigo Belfort Gomes	UFS	Pesquisas nas políticas linguísticas das regiões Sudeste e Sul, em busca de ações de internacionalização
Universidade Federal de Sergipe	Larissa Menezes Gomes	Elaine Maria Santos e Rodrigo Belfort Gomes	CNPq	Pesquisas nas políticas linguísticas em busca de ações de internacionalização nas IES do Norte, Nordeste e Centro Oeste
Universidade Federal de Sergipe	Gustavo Santana Mendonça	Elaine Maria Santos e Rodrigo Belfort Gomes	UFS	Políticas Linguísticas e Internacionalização nos sites das IES brasileiras
Universidade Federal de Sergipe	Karen Ferreira Diniz	Elaine Maria Santos e Rodrigo Belfort Gomes	CNPq	Políticas Linguísticas, Internacionalização e cursos do IsF-Inglês

Fonte: Autoras/es (2024)

Tabela 2: Pesquisas de Mestrado

INSTITUIÇÃO	AUTOR/A	ORIENTADOR/A	FOMENTO	TÍTULO
--------------------	----------------	---------------------	----------------	---------------

Universidade Federal do Sergipe	Luciana Correia Araújo	Elaine Maria Santos	Sem Fomento	A Política Linguística da Universidade Federal de Sergipe: um estudo sobre sua abrangência e a inserção das comunidades linguísticas no contexto acadêmico
Universidade de São Paulo	Fabiana Nassif Jorge Traldi	Heloisa Brito de Albuquerque Costa	Sem Fomento	O Programa PITES de duplo diploma da Faculdade de direito da Universidade de São Paulo: análise acadêmica e de competências linguísticas para a elaboração de um programa de ensino do francês jurídico em contexto universitário
Universidade de São Paulo	Elizabeth Cristina Ykuno Kawano	Heloisa Brito de Albuquerque Costa	Sem Fomento	Francês para Objetivo Universitário na área das ciências exatas da USP: da análise de discursos existentes à elaboração de um programa de ensino em contexto de preparação à mobilidade acadêmica
Universidade Federal do Sergipe	Sanmires Santos Souza	Elaine Maria Santos	Sem Fomento	O professor de inglês em formação na Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras: um estudo sobre a contribuição da Rede Isf na formação socioprofissional de professores de inglês
Universidade Federal do Sergipe	Luana Inês Alves Santos	Luiz Eduardo Oliveira e Elaine	Sem Fomento	Da (des) obrigatoriedade do ensino de línguas no

		Maria Santos (Co-orientadora)		Brasil: o caso do Inglês (1961-1996)
Universidade Federal do Sergipe	Maele Gomes de Oliveira	Elaine Maria Santos	Sem Fomento	Soy Latinoamérica: um estudo sobre identidades e representação docente frente à implementação de políticas linguísticas em Sergipe
Universidade Federal do Sergipe	Larissa Menezes Gomes	Elaine Maria Santos	Sem Fomento	Diagnóstico do Processo de Internacionalização na UFS: primeira etapa para uma efetiva implementação
Universidade Federal do Sergipe	Lucas Natan Alves dos Santos	Elaine Maria Santos	Sem Fomento	As fronteiras da (de)colonialidade nas políticas linguísticas para a internacionalização de universidades da região nordeste

Fonte: Autoras/es (2024)

Tabela 3: Pesquisas de Doutorado

INSTITUIÇÃO	AUTOR/A	ORIENTADOR/A	FOMENTO	TÍTULO
Universidade de São Paulo	Hyanna Carollyne Dias de Medeiros	Heloisa Brito de Albuquerque Costa	Sem Fomento	Ensino-aprendizagem da compreensão oral: comportamento de escuta, estratégias e formação em Francês para Objetivo Universitário na área de Engenharia
Universidade Federal de Uberlândia	Lucas Araujo Chagas	Waldenor Barros Moraes Filho	CAPES	Perspectivas de internacionalização e cenários políticos de professores de

				idiomas no contexto de uma Universidade Federal brasileira
Universidade Federal do Sergipe	Luciana Correia Araújo	Elaine Maria Santos	Sem Fomento	A Contextualização da Internacionalização na Universidade Federal de Sergipe: Estudo comparativo diante do cenário de figurar entre as melhores universidades do Brasil.
Universidade de São Paulo	Lívia Miranda de Paulo	Heloisa Brito de Albuquerque Costa	CAPES	A Intercompreensão no curso de Letras: formando sujeitos plurilíngues a partir da leitura de textos acadêmicos em línguas românicas

Fonte: Autoras/es (2024)

Tabela 4: Pesquisas de Pós-Doutorado

INSTITUIÇÃO	AUTOR/A	SUPERVISOR/A	FOMENTO	TÍTULO
Universidade de São Paulo	Marina Mello de Menezes Felix de Souza	Heloisa Brito de Albuquerque Costa	Sem Fomento	As políticas de internacionalização das IES brasileiras e sua articulação com as ações de ensino em FOU: desdobramentos para a formação de professores de francês
Universidade Federal de Uberlândia	Denise Martins de Abreu e Lima e Camila Hofling	Waldenor Barros Moraes Filho	Sem Fomento	Construção de uma proposta estruturante para aplicação das políticas de internacionalização e linguística institucional no

				contexto do ensino superior brasileiro.
Universidade Estadual Paulista - Unesp	Valeska Virgínia Soares Souza	José Celso Freire Junior	Sem Fomento	Conhecendo práticas inovadoras e educativas de 'internacionalização em casa' no contexto da Educação Superior brasileira
Universidade Federal de São Carlos	Viviane Cristina Garcia de Stefani	Isadora Valencise Gregolin	Sem Fomento	Internacionalização no ensino básico e superior: um panorama sobre estratégias e ações do Instituto Federal de São Paulo

Fonte: Autoras/es (2024)

Considerações Finais

Ao longo do presente artigo, buscamos reunir reflexões sobre língua(s), Política(s) Linguística(s) e Política(s) de Internacionalização que o Grupo de Pesquisa Sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES) tem proposto. Desde que o grupo foi criado, em 2020, temos visto um esforço contínuo dos pesquisadores para compreender e perceber os movimentos culturais e políticos de Internacionalização da/na Educação, a partir da realidade educacional, social e política brasileira. Devemos considerar que as experiências acumuladas do IsF foram significativas para que o grupo avançasse, de forma vanguardista, no Brasil, nas três linhas de estudo propostas.

Embora o GPLIES já tenha uma grande produção científica, os desafios e reflexões são constantes, já que, cotidianamente, avançamos em Políticas e Planejamentos Linguísticos e de Internacionalização, que desencadeiam novos paradigmas no campo, originando um ciclo contínuo e holístico de trabalho. Com efeito, a noção e percepção das Língua(s) nesse processo são também afetadas, à medida que são identificadas novas concepções de ensinar e aprendê-las, assim como dimensioná-las nos contextos de Internacionalização da/na Educação. A recente implementação dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil (Brasil, 2022), por exemplo, é um reflexo do aumento das discussões sobre o processo de Internacionalização na Educação Brasileira. Este documento balizador impactará significativamente os estudos sobre a temática e já se coloca como um objeto de pesquisa do GPLIES.

Temos monitorado a percepção das comunidades quanto ao documento e, com efeito, ampliado nossos olhares também para a Internacionalização na Educação Básica. Em apenas quatro anos de existência do grupo, constatamos como a internacionalização

tem reverberado nas nossas práticas educacionais e de pesquisa e na reordenação administrativa das IES brasileiras. Quando começamos, pouco se ouvia falar de reflexões sobre a Internacionalização na Educação Básica. Hoje, temos uma política de Estado para tal, o que ainda não aconteceu com a Educação Superior, que há duas décadas luta para a criação de uma política nacional de Internacionalização da Educação Superior brasileira, contudo, infelizmente, até o momento, o que observamos são políticas institucionais isoladas, o que fragiliza avanços nessa pauta.

Esperamos que as reflexões aqui propostas possam colaborar com futuros estudos e aprofundar as discussões sobre língua(s), Política(s) Linguística(s) e Política(s) de Internacionalização nos múltiplos contextos de Internacionalização da/na Educação que têm sido criados no Brasil. Trabalhamos para que os estudos desenvolvidos no GPLIES sejam também decoloniais, no sentido de dar visibilidade ao Brasil e a perspectiva brasileira para as proposições teóricas que são firmadas diariamente sobre esse tema em efervescência. Precisamos lutar para sermos autores nele/dele, caso contrário, continuaremos reféns da reprodução teórica vinda do norte-global e consumidores de paradigmas que, em muitos casos, não se contextualizam à nossa realidade educacional.

Referências

ABREU-E-LIMA, D et al. O programa Inglês sem Fronteiras e a política de incentivo à internacionalização do ensino superior brasileiro. In: SARMENTO, S; ABREU-E-LIMA, D; MORARES FILHO, W. **Do Inglês sem Fronteiras ao Idioma sem Fronteiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

ABREU-E-LIMA, D. P. M.; MORAES FILHO, W. B.; NICOLAIDES, C.; QUEVEDO-CAMARGO, G.; SANTOS, E. M. (Org.). **Idiomas sem Fronteiras: multilinguismo, política linguística e internacionalização**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2021. 371p.

ABREU-E-LIMA, D. P. M.; MORAES FILHO, W. B.; NICOLAIDES, C.; QUEVEDO-CAMARGO, G.; SANTOS, E. M. (Org.). **Sistemas de gestão e ações do Núcleo Gestor: a experiência do Programa Idiomas sem Fronteiras**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2021. 407p.

ABREU-E-LIMA, D. P. M.; MORAES FILHO, W. B.; NICOLAIDES, C.; QUEVEDO-CAMARGO, G.; SANTOS, E. M. (Org.). **Idiomas sem Fronteiras: Internacionalização da educação superior e formação de professores de língua estrangeira**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

ALBUQUERQUE-COSTA, HELOISA B.; PARPETTE, C. (Org.). **Français sur Objectif Universitaire: méthodologie, formation des enseignants et conception de programmes**. 1. ed. São Paulo: HUMANITAS, 2016. v. 1. 296p.

BATISTA, Janaina Siegler Marques. O processo de internacionalização das instituições de ensino superior: Um estudo de caso na Universidade Federal de Uberlândia. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, SP, 2009.

BELEEN, J. JONES, E. Redefining Internationalization at Home. in: **The European Higher Education Area: Between Critical Reflections and Future Policie**. Springer, 2015. p. 59-72

BORDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BRASIL. **Portaria N. 1466**, de 18 de dezembro de 2012. Institui o Programa Inglês sem Fronteiras.

BRASIL. **Portaria N. 973**, de 14 de novembro de 2014. Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras.

BRASIL. **Portaria N. 30**, de 26 de janeiro de 2016. Amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras.

BRASIL, Ministério da Educação. **Edital de Recredenciamento nº 29**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 13 abr, 2017.

CHAGAS, L. A. . Formação de Professores de Português para Estrangeiros na contemporaneidade: cenários, desafios e possibilidades. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 8, n. 3, p. Port. 87–111

CHAGAS, Lucas Araujo. **Entre experiências e indícios: o ensino de português para estrangeiros em contexto de imersão linguística**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

CHAGAS, Lucas Araujo. **Perspectivas de internacionalização e cenários políticos de professores de idiomas no contexto de uma Universidade Federal brasileira**. Tese de Doutorado. UFU: Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, 2021.

DE WIT, Hans. Internationalisation of higher education, an introduction on the why, how and what. In: DE WIT, Hans (Ed.). **An Introduction to Higher Education Internationalisation**. Milão: Vita&Pensiero, 2013.

GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Defesa da Glotopolítica. In: SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva; LAGARES, Xoán Carlos (Orgs). **Glotopolítica e práticas de linguagem**. Niterói: Eduff, 2021.

HUDZIK, John K. Comprehensive internationalization: From concept to action. Washington, DC: **NAFSA**: Association of International Educators, v. 44, 2011.

HÖFLING. C. A formação de professores de língua inglesa como meio de instrução (EMI/IMI) como política linguística de instituições de Ensino Superior. In: CHAGAS, L. A. & COELHO, J.P.P. (orgs.). Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação Superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis. Cassilândia-MS: Fundação Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul: CLEUEMS|UUC, 2023.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

LIBANEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa** v.46 n.159 p.38-62 jan./mar. 2016.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

TRALDI, F. N. J.; MEDEIROS, H.; MARTINS, P. I. Desafios da coleta de dados e suas implicações na elaboração de conteúdos para a formação em FOU na Universidade de São Paulo. In: CHAGAS, Lucas Araujo; COELHO, João Paulo Pereira (Orgs.) **Estudos linguísticos e internacionalização na educação superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis**. 1. ed. Cassilândia-MS: Fundação Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul: CLEUEMS | UUC, 2023.

SANTOS, Elaine Maria; GOMES, Rodrigo Belfort. Da política ao planejamento linguístico: por uma construção coletiva em prol da internacionalização. In: CHAGAS, Lucas Araujo; COELHO, João Paulo Pereira (Orgs.) **Estudos linguísticos e internacionalização na educação superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis**. 1. ed. Cassilândia-MS: Fundação Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul: CLEUEMS | UUC, 2023.

SILVA, N. S. M.; SOUZA, S. S. Desenvolvimento de materiais didáticos para o ensino de inglês em contexto de internacionalização: experiências do ISF-UFS. In: CHAGAS, Lucas Araujo; COELHO, João Paulo Pereira (Orgs.) **Estudos linguísticos e internacionalização na educação superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis**. 1. ed. Cassilândia-MS: Fundação Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul: CLEUEMS | UUC, 2023.

SPINASSÉ, K. P. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. **Contingentia**, 1(1), 2008.

VASCONCELOS, Silvia Inês Coneglian Carrilho de. Imagens de ensinar e de ser professor de português como língua estrangeira. Afluente: **Revista de Letras e Linguística**, p. 113–128, 30 Ago. 2017.

Recebido em 9 de agosto de 2024.
Aceito em 1º de dezembro de 2024.